

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.357.752 - CE
(2018/0229813-5)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : F S DOS S (MENOR)
AGRAVANTE : T K N B (MENOR)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

F. S. DOS S. e T. K. N. B. agravam de decisão que inadmitiu o recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará** na Apelação n. 0799595-95.2014.8.06.0001.

Os agravantes pleiteiam a fixação de medida socioeducativa mais branda, ao argumento de não haver fundamentação idônea para aplicação da semiliberdade.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo (fls. 300-303).

Decido.

De plano, verifico que **T. K. N. B** nasceu em 1º/9/1997 (fl. 23) de modo que completou 21 anos em 1º/9/2018. Nessa situação, a acusada fica obrigatoriamente liberada de qualquer medida socioeducativa, o que resulta no reconhecimento da superveniente perda do interesse de agir.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ATO INFRACIONAL. RECORRIDO QUE COMPLETOU 21 ANOS DE IDADE. LIBERAÇÃO COMPULSÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO. 1. O art. 121, § 5º, do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a liberação compulsória do adolescente aos 21 anos de idade.
2. Agravo regimental prejudicado.
(AgRg no REsp n. 1.167.880/RS, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 12/2/2015)

Quanto a **F. S. DOS S.**, o Tribunal de origem asseverou (fls. 179-184, destaquei):

Tratam-se os autos de procedimento previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem por intento apurar condutas delituosas atribuídas aos adolescentes [...], representados pela prática de atos infracionais equivalentes a **roubo qualificado (art. 157, § 2º, I e II, CP, c/c artigo 103, do ECA)**, **receptação (art. 180, CP, c/c artigo 103, do ECA)**, e **posse de droga para consumo pessoal (art. 28, da Lei 11.343/06 c/c o art. 103 do ECA)**.

[...]

No caso concreto, da detida análise dos autos e do conteúdo fático-jurídico apurado na instrução processual, verifica-se que a materialidade e a autoria do ato infracional são incontestáveis, uma vez que: 1) os adolescentes foram apreendidos portando a motocicleta roubada, droga para consumo pessoal e a arma de fogo, conforme Auto de Apresentação e Apreensão às fls.15; 2) os representados confessaram a prática dos atos delitivos perante a autoridade ministerial (fls. 36); 3) o adolescente F[...] foi reconhecido pela vítima (Termo de Declaração à fls. 12).

[...]

Por outro lado, as **condutas praticadas pelos infratores são de elevada gravidade e suficientes para a fixação da medida de semiliberdade** conforme se pode verificar no ECA (Lei nº 8.069/90):

[...]

Ademais, a medida de semiliberdade imposta aos menores foi devidamente fundamentada em seus comportamentos delitivos, cuja **gravidade justificaria inclusive a imposição da medida de internação**, uma vez que configurado um dos pressupostos descritos no art. 122, I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na verdade, **os adolescentes praticaram ato análogo ao crime de roubo com emprego de arma**, conforme previsto no art. 157, §2º, I e II, do Código Penal, cuja **violência** do ato muitas vezes induz o julgador à aplicação da internação, medida mais gravosa prevista no ECA.

[...]

Restou acertada a sentença ao aplicar a medida de semiliberdade, ante a necessidade de aplicação de medida com efeito pedagógico e evitando o confinamento da apelante em tempo integral com

outros adolescentes, muitas vezes declaradamente entregues ao crime.

Dessa maneira, a medida de semiliberdade mostra-se adequada, sendo perfeitamente aplicada pela sentença recorrida, uma vez que há autorização legal até mesmo para medida mais gravosa.

O agravante foi responsabilizado pela prática de atos infracionais equivalentes a roubo circunstanciado, receptação e posse de droga para consumo pessoal. A medida socioeducativa de semiliberdade está lastreada, notadamente, na prática de ato infracional cometido com grave ameaça, o que denota a situação de extremo risco social em que se encontra o jovem.

O *decisum* está em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal (**Súmula n. 83 do STJ**), firme em assinalar que a medida socioeducativa aplicada ao adolescente levará em conta a sua **capacidade** de cumpri-la, as **circunstâncias** e a **gravidade da infração**.

Ainda, ressalto que a gravidade concreta justificaria até mesmo a medida de internação – art. 122, I, do ECA.

Por fim, para afastar as considerações do acórdão, seria necessário o reexame de provas, o que é vedado pela Súmula n. 7 do STJ.

À vista do exposto, **julgo prejudicado o agravo em relação à T. K. N. B** e, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial de F. S. DOS S.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator